



# MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA: A HISTÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO DE MARINGÁ (1978-2019)

*Marcela Santos de Carvalho Panisa<sup>1</sup>*

<sup>1</sup>Tutora no Departamento EAD, UNICESUMAR. Mestra em História Pública, Pós Graduada em História da África e Cultura Afrobrasileira e Pós Graduada em Educação a Distância. marcela.panisa@unicesumar.edu.br

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo narrar a história do movimento negro de Maringá – Paraná, a partir de três instituições negras da cidade, a saber: Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM), criada em 1985; o Centro Cultural Jhamayka, fundado em 2001; e o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques (IMNEAM), criado em 2005. A pesquisa apresentou como fonte principal as entrevistas realizadas com algumas lideranças destas três organizações a partir da metodologia da História Oral, em perspectiva com a História Pública. Além disso, foram utilizados documentos impressos tais como atas, estatutos, matérias jornalísticas e fotografias, etc. Embora a presença da população negra de Maringá seja notada desde os primórdios de sua colonização, as narrativas oficiais não destacam as contribuições deste grupo étnico no desenvolvimento da cidade. Este processo de esquecimento e invisibilização, contudo, tem sido historicamente questionado. Constituído por homens e mulheres de diferentes níveis de formação, profissão, religião e ideologias políticas, o movimento negro local tem se valido de diferentes estratégias para combater o racismo e a discriminação ao mesmo tempo que afirmam seus valores culturais e lutam por uma verdadeira democracia racial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Democracia Racial; Lideranças Negras; Maringá.

## 1 INTRODUÇÃO

Narrar as histórias de resistência do povo negro de Maringá a partir das lutas do movimento negro local foi o que me motivou a realizar esta pesquisa. Assim, um dos objetivos deste trabalho é o de demonstrar como a população negra local soube resistir aos processos de opressão, exclusão e invisibilização que caracterizam o racismo em nosso país. O recorte temporal escolhido abarca os anos 1978-2019. Elegemos o ano de 1978 como baliza inicial por se tratar do marco de criação do Movimento Negro Unificado no Brasil (MNU)<sup>1</sup>, evento que influenciou o movimento negro local, haja vista que um dos objetivos do Movimento Negro contemporâneo era articular e potencializar a luta contra o racismo em escala nacional. Nesse sentido, a reunião e também o estímulo à criação de novas entidades pelo país era uma das bandeiras do movimento. É dentro desse contexto que surge a Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM), criada formalmente em novembro de 1985. Mais recentemente, foram fundados o Centro Cultural Jhamayka (2001) e o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques (IMNEAM), de (2005). É necessário enfatizar que Maringá também conta com outras instituições que através de muito trabalho corroboram na luta contra a discriminação racial e a valorização étnico-racial, tais como a Associação de Capoeira Centro Cultural Sucena (2006); o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro Brasileiros (NEIAB-UEM) (2013); e o coletivo de Juventude Negra Yalodê-Badá (2015).

---

<sup>1</sup> Em 7 de julho de 1978, diversas entidades negras uniram-se numa manifestação pública contra o racismo nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, anunciando, ao mesmo tempo, a recém-criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU). Ver: AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. A luta contra o racismo e a questão da identidade negra no Brasil. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 1, jan.- jun. 2018, pp. 163-191.



Para demonstrar as histórias de luta e resistência do Movimento Negro de Maringá recorreremos a diversas fontes documentais, tais como atas, estatutos, matérias jornalísticas, entrevistas para canais de Tv, fotografias e, sobretudo, à oralidade – haja vista que muitas lideranças do movimento aceitaram colaborar na elaboração da pesquisa.<sup>2</sup> Para a reconstituição dessa trajetória histórica me apoiei em diversos autores e obras, a exemplo dos estudos de Petrônio Domingues (2005; 2007; 2008; 2009); Amauri Mendes Pereira (2008); Abdias do Nascimento (1980; 2004); Clóvis Moura (1983; 1988; 1989); Nilma Lino Gomes (2017); Amílcar Araújo Pereira (2011;2013); Kabengele Munanga (2004; 2005; 2016); Michael Hanchard (2001), dentre outros.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Quando se analisa a questão à luz da perspectiva de raça na construção da história local, as narrativas oficiais e hegemônicas não evidenciam a contribuição da população negra para o desenvolvimento do município e da região em que está inserido. Dados do último censo demográfico realizado no país, no ano de 2010 (IBGE)<sup>3</sup> e utilizado pelo Observatório das Metrôpoles (UEM), apontam que 70% da população do município era branca ou, ao menos, assim se declarou. Já os pardos eram cerca de 22%, os amarelos perto de 3,5% e os pretos cerca de 3,3%. Se somarmos o percentual dos que se autodeclararam pardos e pretos, temos que 25,3% ou aproximadamente 1/4 dos maringaenses são negros.

Não é preciso lembrar o quanto essas autodeclarações são socialmente determinadas. Tampouco é preciso mencionar que os valores de branqueamento são dominantes em sociedades ocidentais fortemente marcadas por práticas de discriminação racial. Partindo de tais constatações, é que a pesquisa foi desenvolvida com o intuito de demonstrar que a população negra de Maringá esteve presente desde a colonização do município e muito contribuiu para o desenvolvimento da cidade. Atualmente, Maringá é uma cidade que apresenta uma trajetória de alto IDH (Índice de desenvolvimento Humano); inclusive já recebeu vários prêmios de excelência no país relacionados a moradia, sociabilidade, arborização, educação, etc. Recentemente, foi considerada a melhor cidade do país para se viver.<sup>4</sup> Todavia, estas conquistas não estão distribuídas de forma equitativa entre seus habitantes. Conforme o relatório do Observatório das Metrôpoles, segundo as médias dos cinco anos da pesquisa, a população em situação de rua na cidade de Maringá é predominantemente do sexo masculino (91%), sendo que destas (67%) são negras, com idade média de 38 anos, sendo que 81% dessa população estão na faixa etária de 21 a 50 anos.<sup>5</sup> Estas disparidades podem ser facilmente comprovadas a partir de outros indicadores, tais como renda, escolarização, etc. Além disso, embora os negros representem cerca de 25% da população local e tenha contribuído para a formação e crescimento da cidade desde os seus primórdios, pouco ou quase nada se conhece a respeito das trajetórias da comunidade negra maringaense.

<sup>2</sup> As entrevistas foram desenvolvidas de acordo o regulamentado pelo Comitê de ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Paraná sob o parecer N° 4.014.473.

<sup>3</sup> Censo demográfico, IBGE, 2010. Observatório das Metrôpoles, núcleo de pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá.

<sup>4</sup> Ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/breves/maringa-melhor-cidade-pais-qualidade-de-vida/> .

<sup>5</sup> Fonte: Observatório das Metrôpoles/Pesquisa “Pessoas em Situação de Rua em Maringá – Desconstruindo a Invisibilidade - 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019”.



Ausência, esquecimento e, por que não dizer, silenciamento de um passado de lutas. Nesse sentido, o presente trabalho tem a pretensão de contribuir, ainda que modestamente, para preencher uma pequena parte dessa enorme lacuna. Cabe ressaltar que as associações negras da cidade sempre denunciaram a falta de mecanismos de inserção da população negra, fruto do racismo presente na sociedade maringense, bem como travaram enormes batalhas para resguardar seus espaços de autonomia e valores culturais.<sup>6</sup> É a partir delas que nos propusemos a dar visibilidade ao protagonismo da população negra ao longo da história do município.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Movimento Negro não se inicia no pós-abolição. Inúmeras foram as batalhas travadas pelos escravizados em busca de liberdade. Foram revoltas e levantes que culminaram na criação de quilombos. O 13 de maio se deu pela pressão popular, por meio de heróis e heroínas que lutaram incansavelmente por uma liberdade de fato. Associações abolicionistas dedicaram-se a buscar através de processos judiciais a alforria de inúmeros escravizados, e também incutiam os ideais de liberdade. Segundo SOUZA (2012, p. 16) contar a história do *Quilombismo* no Brasil ainda significa pensar na história contra o discurso “oficial” e de uma historiografia tradicional que concebia os africanos escravizados como obedientes e completamente submetidos à lógica colonial escravista. Hoje sabemos que não era assim, pois, onde houve escravidão, houve também resistência. Nesse sentido PINSKY, J. e PINSKY, C apontam:

Do ponto de vista socioeconômico, estas relações sociais mantidas pelos quilombolas articularam alguns grupos ao mercado de abastecimento de alimentos e comércio clandestino. A frequência, volume, periodicidade, continuidade e importância dessas relações dependeram dos contextos específicos de algumas áreas e das estratégias dos grupos quilombolas que nelas se estabeleceram. Diversos fatores econômicos, geográficos e demográficos tiveram impacto sobre a formação de grupos de fugitivos. As estratégias dos quilombolas para manter sua autonomia relacionavam-se a contextos geográficos e socioeconômicos diversos. (PINSKY, J. e PINSKY, C. 2012, p. 453)

Os quilombos possibilitaram uma nova forma de sociabilidade para os negros. Numerosos foram os quilombos no Brasil, mas buscando demonstrar a grandeza dessas comunidades, citamos o *Quilombo dos Palmares*, tido como a maior comunidade de negros “fugitivos” no Brasil Colonial. Data-se de 1597 a primeira referência à Palmares. “Localizado entre Alagoas e Pernambuco. Situava-se à distância de 120 quilômetros do litoral pernambucano, nas serras, entre as quais a principal era chamada de Outeiro da Barriga, onde havia abundância de palmeiras, o que faz surgir o nome Palmares”. GOMES (2011, p. 13). Em 1964, depois de muito resistir, o Quilombo dos Palmares é destruído e seu líder Zumbi é decapitado. Com o objetivo de demonstrarmos como a população negra sempre resistiu às mais cruéis formas de violência, fazemos uso ainda que de forma breve das contribuições de João José Reis (2018)<sup>7</sup>, que pontua:

<sup>6</sup> Assim como ocorre em âmbito estadual e nacional, os episódios de racismo na cidade de Maringá têm ganhado destaque na mídia, fato que em parte é explicado pela maior possibilidade de registro destes atos. Ver, por exemplo: <https://www.cbnmaringa.com.br/noticia/justica-condena-mulher-por-racismo-em-maringa>.

<sup>7</sup> REIS, João José. Revoltas escravas. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 392.



As primeiras revoltas na Bahia, entre 1807 e cerca de 1820, foram levadas a cabo pelos haussás, que depois seriam substituídos pelos nagôs. Contam-se mais de trinta conspirações e revoltas, metade das quais concentrada na década de 1820, período de tráfico intenso da África. Isso sugere que o escravo recém-importado foi peça-chave nas revoltas. Haussás e nagôs, especialmente os primeiros, contavam com numeroso contingente muçulmano. (REIS, 2018 Apud SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio, p.392)

Este autor, ao longo de sua trajetória acadêmica, identificou um número expressivo de lutas negras. Em **1809** a fuga em massa de escravos de Salvador e de algumas vilas e engenhos da região do Recôncavo Baiano; em **1813** a revolta se deu com a queima de instrumentos de pesca, depósitos, casas, plantações e ataque a vila de Itapuã; entre **1814** e **1835** ocorreram várias revoltas que se caracterizaram pela queima de canaviais, casas senhoriais, senzalas, e assassinato de feitores. Em janeiro de **1835** teve a revolta mais conhecida de todas, a Revolta dos Malês envolveu cerca de seiscentos escravizados e libertos; em **1838** no distrito cafeeiro de Vassouras, na província do Rio de Janeiro a revolta foi liderada por Pai Manuel ou Manuel Congo; em **1847**, escravos de origem Bantu devotos de Santo Antônio teriam se envolvido em uma vasta conspiração em vários municípios no vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais; em **1849** revolta escrava em Queimado, no Espírito Santo; em **1850** a lei sobre a proibição do tráfico negreiro foi interpretada pelos escravizados como um sinal da abolição definitiva da escravidão, como não aconteceu os negros se rebelaram no Espírito Santo, na Vila de São Mateus. Em **1882**, os escravizados da fazenda Castelo, em Campinas, se rebelaram aos gritos de “mata branco” e “viva a liberdade”.

Estas são algumas das revoltas que se tem registros, uma vez que a imprensa nos meses anteriores a abolição da escravatura silenciava as conspirações e revoltas para evitar pânico e incentivo adicional à rebeldia. Como mencionado anteriormente, diversas formas de resistência foram empreendidas pela população escravizada no Brasil. ESCOBAR (2010) em sua dissertação de mestrado, expõe sobre a criação dos Clubes Sociais Negros e para além disso mapeia esses clubes que visavam a sociabilidade e o lazer negados para a população negra. A autora cita a **Sociedade Floresta Aurora**, de Porto Alegre, Clube Social Negro mais antigo do país, em atividade, fundado em 1872<sup>8</sup>. Dentre os objetivos dos Clubes Negros aponta a autora:

[...] tinham como objetivo angariar fundos para o pagamento da liberdade dos trabalhadores negros escravizados, auxiliar nas despesas com funeral, defesa de direitos e na educação de seus associados, atuando de forma incisiva na luta contra a escravidão e a discriminação racial. (ESCOBAR 2010, p. 58)

A autora faz o uso de imagens das edificações de clubes negros espalhados pelo Brasil, como forma de demonstrar o quanto esses clubes resistem. A Sociedade Floresta Aurora, de Porto Alegre (Figura 1) evidencia o porte dessas construções.

<sup>8</sup> Cadastro Nacional de Clubes Negros. **Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora**. Porto Alegre, RS. Acervo Museu Treze de Maio. Santa Maria – RS, 2008.



**FIGURA 1: Fachada da Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora. Porto Alegre/ RS.  
Foto: Giane Vargas Escobar, 2008.**

Dentre os clubes negros mapeados por ESCOBAR (2010), temos também o “**Clube dos Escravos do Brasil**”, que também é anterior à abolição, registrado em São Paulo no ano de 1881,

Fundado em 14 de outubro de 1881, no município de Braganca Paulista, no Bairro Matadouro, ganhou manchete nacional e ficou marcado pelo ato de coragem de um grupo de escravos e personalidades de destaque que fundaram a “ Associação Club dos Escravos”, sendo eleitos os escravos Joao Manoel como Presidente, Jose Francisco e André da Silva como secretários. Ato completamente impensável para os padrões daqueles tempos, chamou a atenção dos principais jornais do país, em especial de São Paulo e Rio de Janeiro. Entre as principais atividades mantidas pelo “clube dos Escravos” destacaram-se a criação de uma escola primaria para escravos, trabalhos para a extinção da escravatura em todo Brasil e facilitação da fuga das fazendas. ” (ESCOBAR 2010, p. 58-59)

Esse clube em 1934 passa a se chamar **Clube Recreativo e Beneficente 13 de maio**. Fazemos uso das pesquisas de ESCOBAR (2010), com o intuito de demonstrar que os trabalhadores negros se articularam antes e pós abolição, embora tenham registros de vários clubes negros pelo Brasil, pontuaremos sobre o clube 13 de maio que se desenvolveu em diversas localidades Brasileiras, e que no Paraná foi registrado em 09 de abril de 1929 na cidade de Curitiba.



**FIGURA 2: Fachada do Clube Treze de maio. Curitiba/ PR.  
Foto: Giane Vargas Escobar, 2009.**

Os clubes negros foram de suma importância para a população negra. No Estatuto do Clube 13 de Maio no Art. 7, parágrafo único,<sup>9</sup> fica evidente essa preocupação. Conforme mencionado por ESCOBAR (2010), os associados e suas famílias estariam aparados pela “Caixa Socorro” e “Caixa Beneficente”. Esses auxílios contribuiriam para custos dos associados com enfermidade ou morte.

A definição de *Clube Negro* foi cunhada por líderes dos clubes negros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, ficando assim definido:

Os clubes sociais negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e om caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio.<sup>10</sup> (ESCOBAR 2010, p. 61)

Esses espaços são considerados de resistência e trazem muito das histórias de superação e de ajuda mútua que os trabalhadores negros dispensaram uns aos outros. O objetivo de retratar ainda que de forma breve os Clubes Negros, é mais uma maneira de demonstrar que as lutas negras aconteceram em todo o território brasileiro no período da escravatura e no pós - abolição. Seguimos com a exposição das fases do Movimento Negro no Brasil.

As memórias são elementos chave nas reconstruções de identidades individuais e coletivas. Apresentar as memórias da população negra de Maringá é essencial para a valorização e superação da invisibilidade e do silenciamento dessa história. A atuação da

<sup>9</sup> **Estatutos do Clube Sociedade 13 de maio**, Curitiba – Paraná, p. 7, registrado em 09 de abril de 1929

<sup>10</sup> Publicado em Ata da Reunião da Comissão Nacional de 29 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://clubesnegrosbr.blogspot.com/>. Acesso em 15 de dez, 2020.



Associação União e Consciência Negra de Maringá, do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques e do Centro Cultural Jhamayka devem ser publicamente reconhecidas, uma vez que há mais de 30 anos tornam os espaços públicos menos dolorosos para a população negra. A memória se faz através das pessoas enquanto sujeitos de suas próprias narrativas, inúmeros são os autores que evidenciam sobre a construção da memória, para o sociólogo Maurice Halbwachs a memória por mais pessoal que possa ser, é construída socialmente, ele afirma:

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Então, segundo o autor, as memórias são construídas por grupos sociais e são os indivíduos que lembram, mas são os grupos sociais que definem o que é memorável, os grupos nos quais as pessoas estão inseridas é que estruturam o que devesse ser rememorado. Na concepção de Halbwachs, a memória pode ser entendida como uma reconstrução do passado realizada com o auxílio de dados do presente. O autor ainda expõe que a padronização do tempo e do espaço permitem, portanto, a formação das memórias, elas contribuem para a manutenção e coesão dos grupos, na medida em que ajudam a produzir o sentimento de identidade entre seus membros. Após levantarmos ainda que de forma sucinta sobre “Memória”, é pertinente explicitarmos sobre os “lugares de memória”. Partindo dessa premissa, as memórias tanto individuais quanto coletivas se interligam. A Associação União e Consciência Negra de Maringá, o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques e o Centro Cultural Jhamayka são exemplos de associações que permitem que ocorra uma análise da Memória. Jacques Le Goff afirma:

[há] os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações (LE GOFF, 1990, p.473).

O uso que se faz da Memória de fato ocupou lugar dentro da academia, e o olhar que se fazia da História de forma a lançar expectativas para o futuro hoje permite que os olhares sejam lançados na relação entre passado-presente como uma forma de compreender a cultura da Memória. Inúmeras são as perguntas sobre o uso da Memória enquanto fonte histórica, dentre elas tem-se o uso das fontes orais pelos historiadores. A problematização da interferência do historiador nos usos historiográficos da memória levantou inúmeras discussões principalmente no período em que a História se firmava enquanto Ciência, uma vez que as memórias eram registradas por viajantes, memorialistas, biógrafos e políticos. Com o intuito de expandir o campo de atuação dos historiadores em meados do século XX temos o uso de outras fontes para além dos documentos escritos, onde surge a História Oral, que traz para a discussão o indivíduo que está às margens em se tratando de “fontes oficiais”.



A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e dos outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 2002, p.44)

Para Paul Thompson, a história oral é a história das mudanças ocorridas na sociedade e segundo o autor é através da história oral que as lembranças e experiências aparecem. Stuart Hall (1997) contribui de forma a afirmar que a Memória é um “sistema de representação” que permite com que o passado possa ser “recriado” e isso contribua com o que é refletido no presente.

Representação é a produção de significado e dos conceitos em nossas mentes através da linguagem. É o elo entre os conceitos e a linguagem que nos permite nos referir ao mundo "real" de objetos, pessoas ou eventos, ou mesmo a mentes imaginárias de objetos, pessoas ou eventos. (HALL, 1997, p.7)

Trazer as memórias e trajetórias do Movimento Negro de Maringá através das entrevistas orais, documentos e fotografias da Associação União e Consciência Negra de Maringá, do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques e do Centro Cultural Jhamayka permitirá uma maior compreensão sobre a luta negra em diversos espaços.

#### 4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por intuito evidenciar as trajetórias de lutas de três instituições ligadas ao movimento negro de Maringá, visando preservar a memória de luta que o trabalho desenvolvido por elas ajudou a edificar em prol da comunidade negra local e regional. São elas: a **Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM)**; o **Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques (IMNEAM)**; e o **Centro Cultural Jhamayka (CCJ)**. Partimos do pressuposto de que estas três instituições foram imprescindíveis para a valorização da comunidade negra na cidade, embora saibamos que existem outras importantes instituições que muito fizeram, e ainda fazem, nesse mesmo sentido. Esperamos que em futuras pesquisas possam dar maior visibilidade a elas também.

O movimento negro de Maringá surgiu no contexto do advento do movimento negro contemporâneo, simbolizado pela criação do movimento negro unificado (MNU), no ano de 1978. Tendo como característica a denúncia do mito da democracia racial e conjugação dos temas de raça e classe social, o MNU imediatamente influenciou na criação de diversas entidades negras nos quatro cantos do país. Uma delas foi o Grupo União e Consciência





Negra (1981). Surgido em meio aos debates internos da Igreja Católica, o Grucon logo se articulou como um grupo independente desta instituição e, a partir de então, buscou enraizar-se em vários estados brasileiros. No Paraná, além da capital, estabeleceu núcleo em outras cidades importantes como Londrina, Maringá, Umuarama e Campo Mourão.

Entretanto, a busca por uma autonomia de ação conduziu o movimento negro de Maringá a criar uma entidade dotada de maior liberdade de ação e, portanto, desvinculada de uma entidade maior. Daí a adaptação em seus estatutos e a definição por formar uma associação, ao invés de um grupo. Pioneira na luta de combate ao racismo e na defesa pela igualdade racial em Maringá e região, a Associação União e Consciência Negra de Maringá (1985) realizou importantes ações ao longo de mais de três décadas de existência. Com um grupo reduzido de dirigentes, mas bastante combativo, a AUCNM fez um importante trabalho de conscientização nas escolas não só de Maringá como nas cidades da região; organizou dezenas de eventos para falar da desigualdade e do preconceito racial; prestou assistência jurídica à população negra e denunciou o racismo em suas mais diversas formas de manifestação; criou um curso pré-vestibular para alunos carentes afrodescendentes terem maiores chances de ingressarem nas universidades, etc. E tudo isso, na maioria das vezes, sem apoio financeiro do Estado. Além disso, alguns de seus membros ainda tiveram forças para dedicar-se a pautas específicas dentro da questão racial.

Assim como aconteceu em outras partes o país, o movimento negro maringaense teve outras frentes de atuação. Isto ocorreu pelo fato de algumas de suas lideranças sentirem a necessidade de aprofundar questões específicas, seja no plano cultural, seja nas questões de gênero, por exemplo. Entendendo que havia espaço para o desenvolvimento de iniciativas mais direcionadas a determinados segmentos da população negras, algumas mulheres e homens negros estenderam suas energias para abrir novas frentes de trabalho e militância.

Tal foi o caso do Centro Cultural Jhamayka, fundado oficialmente em 2001 por Osmar Jamaica e alguns amigos moradores nos bairros João de Barro e Santa Felicidade. Preocupados com o futuro das crianças, adolescentes e jovens negros que ali viviam num ambiente de muita pobreza e sem a devida atenção dos poderes públicos, eles viram na cultura o caminho para mantê-los longe das drogas e da criminalidade bem como a oportunidade de propiciar-lhes o conhecimento de suas raízes afro-brasileiras. Por meio de projetos como *Um conto de nagô*, *Katinguelê Capoeira*, *Batuque Novo*, entre outros, o Centro Cultural Jhamayka levou à comunidade local e à cidade como um todo ensinamentos para a construção de uma sociedade mais tolerante e fraterna.

De igual maneira, o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques foi concebido a partir da percepção das mulheres que militavam no movimento de que era necessário um espaço específico para atender as demandas de gênero. Conhecedoras profundas das dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras devido à opressão de classe, gênero e raça, elas buscaram construir um espaço para que outras mulheres negras pudessem ter voz e vez. Nesse sentido, o IMNEAM se constitui num importante espaço para a escuta das mulheres negras, de suas angústias, sonhos e dificuldades. É também – e sobretudo – um espaço de defesa de direitos e de promoção da cidadania, pois oferece auxílio jurídico, psicológico e qualificação profissional para aquelas que enfrentam diariamente muitas adversidades.

Cabe destacar que tais frentes, ao invés de fragmentar e dividir, acabaram fortalecendo e diversificando a luta do movimento negro local. Isto porque as instituições acima mencionadas são parceiras e contam com muitos membros em comum – fato que pode facilmente ser percebido tanto nos relatos de algumas das lideranças entrevistadas como na composição e organização dos eventos levados a cabo por estas entidades. Aliás,



é importante frisar que, embora tenhamos destacado a trajetória individual e o protagonismo de algumas dessas valorosas lideranças, o caráter coletivo sempre norteou o trabalho dessas entidades.

Por sua vez, o que solidificou essa coletividade em meio a uma diversidade de individualidades foi justamente a certeza de perseguir a realização um ideal comum: o fim da desigualdade racial no Brasil. Católicos, espíritas, umbandistas, candomblecistas, evangélicos, ateus; filiados a partidos de esquerda, de centro e ou direita; homens, mulheres, solteiros, casadas, divorciados; advogados, professores, artistas, funcionários públicos; jovens, adultos ou idosos; com instrução primária, média ou superior e alguns até sem escolarização, os integrantes do Movimento Negro de Maringá puseram suas diferenças de lado para unir suas forças e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Hoje, passadas mais de três décadas desde o início dessa longa caminhada, as novas gerações já podem usufruir de algumas conquistas obtidas com muito suor, luta e sofrimento desses homens e mulheres que um dia sonharam um mundo melhor para seus filhos e netos

## REFERÊNCIAS

ALMADA, Sandra. **Abdias Nascimento**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANDREWS, G. R. "O protesto político negro em São Paulo: 1888-1989". *Estudos Afro-Asiáticos*, no 21, 1991.

BATISTELLA, Alessandro. **O Paranismo e a Invenção da Identidade Paranaense**. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v.6, n.11, p. 1-13, jan/jun 2012.

BAUMANN, Z. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.2005.

CENSO DEMOGRÁFICO, IBGE, 2010. Observatório das Metrôpoles, núcleo de pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá.

DOMINGUES, Petrônio. **A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo [online]. 2007, v. 12, n. 23 [Acessado em 22 Agosto 2021], pp. 100-122. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>. Epub 16 maio 2008. ISSN 1980-542X. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.

\_\_\_\_\_. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. Anos 90** (UFRGS. Impresso), v.30, p.215-250, 2009.

\_\_\_\_\_. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v.12, p. 113-136, 2007.



\_\_\_\_\_. **Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica.** Mediações – Revista de Ciências Sociais. Londrina, v.10, n.1, p. 25-40, jan-jun. 2005

\_\_\_\_\_. **Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação.** In: *Rev. Bras. Educação*. [online]. 2008, vol.13, n.39, pp.517-534.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial.** 2010. 221 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação.** Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003

HANCHARD, Michael. **Orfeu negro e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo (1945-1988).** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas sociais e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 3ª Edição, 2002